



HETEROSSEXISMO E SUA TENACIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, PRÁTICAS DOCENTES E APRENDIZAGEM

Isaias Batista de Oliveira Júnior*
jr_oliveira1979@hotmail.com
Edyane Silva de Lima**
edyane.lima@bol.com.br
Eliane Rose Maio***
elianerosemaio@yahoo.com.br

RESUMO

Em uma sociedade como a brasileira constituída e estruturada pela diversidade, dentre elas a sexual, um dos temas que ocupa cada vez mais destaque nas discussões é a multiculturalidade. O incentivo a cultura do reconhecimento da diversidade sexual deve ser vista como um direito e não uma concessão à classe de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Este estudo busca demonstrar a valorização da heterossexualidade em detrimento das outras formas de orientação sexual presente no discurso heterossexista das políticas educacionais, práticas docentes e processos de aprendizagem. Como metodologia para a efetivação do estudo utilizou-se de revisão bibliográfica e análise documental. Os dados obtidos apontam a escola como sendo um ambiente altamente homofóbico, que tende a afastar do seu interior aqueles que não se encaixam em seu padrão de heteronormatividade. Tal característica demonstra a necessidade de implementação de políticas públicas na prevenção e combate à homofobia na escola, bem como a capacitação dos/as docentes envolvidos/as no processo de ensino e aprendizagem, para que os/as vítimas dessa prática excludente não se sintam inferiores ou desvalorizados/as pela sua orientação sexual. Dessa maneira esses indivíduos terão seus direitos preservados, reconhecidos e a possibilidade da realização de seus projetos de vida.

Palavras-chave: Heterossexismo. Homofobia. Escola. Políticas públicas. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Como alega Junqueira (2009) nos múltiplos cenários caracterizados por fortes embates em torno dos direitos humanos, não surpreende que aqueles que aderem à discussão desses direitos, como as bancadas políticas e agentes educacionais, nem sempre se mostram abertos a um diálogo mais aprofundado ou a adotar medidas que favoreçam o avanço dos direitos sexuais.

Tais atores revelam uma indisposição que parece ser mais alta quanto mais os direitos sexuais são pensados a partir de pressupostos plurais, ou seja, ensejando a construção e a

* Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Secretário de Educação e Cultura de Marilândia do Sul/PR.

** Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do Curso de Serviço Social da UNIPAR/Umuarama/PR.

*** Doutora e Pós-Doutora em Educação Escolar (UNESP/Araraquara); Docente da Universidade Estadual de Maringá, do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação.

promoção da cultura de reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento de preconceitos e de discriminações por orientação sexual e identidade de gênero, bem como a desestabilização de sistemas de representações que hierarquizam e estigmatizam identidades e práticas sexuais (JUNQUEIRA, 2009, p. 173).

No entanto, a multiculturalidade é um dos temas que ocupa cada vez mais destaque nas discussões de uma sociedade, como a brasileira, constituída e estruturada pela diversidade, em que as diferenças são, com frequência, produzidas e reproduzidas no curso das relações assimétricas. Nesse sentido, a promoção da cultura do reconhecimento da pluralidade pode representar mais do que um irrenunciável compromisso de ordem ética e moral. Com efeito, ao nos conscientizarmos de que a diversidade nos caracteriza como sociedade e como indivíduos, somos impelidos a procurar novas formas de configurar um fator de enriquecimento e de desestabilização das relações de domínio e poder (JUNQUEIRA, 2007a).

Para Gasparin (2005, p. 138), a presença de diferentes grupos sociais dentro de uma mesma sociedade “não assegura que as relações entre esses grupos sejam amigáveis, de cooperação. Podem ser marcadas por exclusões, preconceitos, desigualdades sociais, raciais, culturais” e, geralmente, essas relações são pré-determinadas por conceitos de normatividade inculcados na sociedade em que essas diversidades culturais coexistem.

Nesse contexto, um dos temas frequente em discussões sobre a heterogeneidade tem sido a diversidade sexual e o combate ao heterossexismo, que tanto na escola, como nos processos de ensino e aprendizagem ou na criação e implantação de políticas públicas educacionais, tornou-se assunto de estudos, debates, discussões, propostas de redefinição dos papéis da instituição, do/da docente, dos/as demais agentes educacionais e dos gestores políticos (GASPARIN, 2005).

O termo heterossexismo ainda não é muito conhecido, no entanto, na prática é bastante difundido em nossa sociedade por algumas instituições, como a Escola¹ e o Estado. Esses desenvolvem cotidianamente práticas educativas calcadas na supervalorização da heterossexualidade em detrimento das outras formas de orientação sexual. Assim, o heterossexismo está inserido em nossa sociedade por meio de leis, religiões, políticas públicas curriculares, costumes, línguas etc., atuando como uma monocultura e buscando ocultar a diversidade sexual presente em seus setores, principalmente no âmbito escolar (ROCHA FILHO, 2010).

¹ Referimo-nos a Escola como sendo a comunidade educativa, constituída por alunos/as, professores /as agentes educacionais não docentes, pais, mães ou encarregados de educação e representantes dos poderes locais.

A homofobia escolar decorrente do discurso heterossexista desconsidera

a existência de um variado e dinâmico arsenal de normas, injunções disciplinadoras e disposições de controle voltadas a estabelecer e a impor padrões e imposições normalizantes no que concerne a corpo, gênero, sexualidade e a tudo o que lhes diz respeito, direta ou indiretamente. A homofobia, nesse sentido, transcende tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais (gays e lésbicas), bissexuais, transgêneros (especialmente travestis e transexuais) etc. Ela, inclusive, diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos eles voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade (JUNQUEIRA, 2007b, p. 9).

Partindo desse pressuposto, o presente estudo visa ampliar a publicação sobre o discurso heterossexista, através de revisão bibliográfica, a fim de demonstrar a sua constante evidência no processo educacional, somando-se aos estudos já existentes. A partir dessa discussão, delineiam-se os objetivos específicos do trabalho, quais sejam: analisar a presença do heterossexismo nas políticas públicas e consequente prática homofóbica, no âmbito escolar e a sua influência no desempenho e permanência escolar dos sujeitos que sofrem essa prática discriminatória.

2 HETEROSSEXISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

No contexto heterossexista e homofóbico brasileiro, faz-se necessário refletir a respeito das condições da escola e de sua relação com as políticas sociais que pretendem promover ações educativas para inclusão da diversidade sexual. A escola é vista, conforme Altmann (2001, 2003), como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde e bem estar de crianças e adolescentes. É relevante destacar que, desde a década de 1920, a lei brasileira prevê educação sexual na escola. Entretanto, houve muita resistência para a sua efetivação, especialmente por setores vinculados à Igreja Católica (BORGES e MEYER, 2008).

Ainda hoje essa resistência existe e não se restringe à instituição eclesial católica, mas está diluída nas bancadas políticas que regem as leis desse país e em grande parte da sociedade, que incorporou seus valores, inclusive os/as professores/as que têm dificuldade de abordar a sexualidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que esta é entendida e tratada como um instinto natural é, também, altamente vigiada como algo ameaçador e perigoso que precisa ser contido e disciplinado (JUNQUEIRA, 2007a).

Surgiram, então, a partir da Constituição Federal de 1988, diversas políticas educacionais com a intenção de promover a equidade de gêneros, a inclusão social e a constituição de uma cidadania para todos/as através do combate ao heterossexismo e à homofobia, conforme apresentam Brasil (1997) e Junqueira (2007a), e que encontram respaldo nos seguintes documentos nacionais: 1) Constituição Federal; 2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96; 3) Parâmetros Curriculares Nacionais; 4) Programa Nacional de Direitos Humanos II; 5) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; 6) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; 7) Programa Brasil Sem Homofobia.

Assim, ficou evidente o esforço em priorizar a instituição escolar através da prática docente no desenvolvimento de políticas afirmativas e de inclusão para essa população. Já que é neste espaço que os/as jovens passam por inúmeras formas de discriminações, agressões e rotulações, de maneira que os sujeitos vistos como diferentes ou desviantes são, muitas vezes, obrigados a abandonarem os estudos (BORGES e MEYER, 2008). Nesse sentido, e considerando os efeitos danosos das discriminações e desigualdades sociais relativos às sexualidades, o Governo Federal, criou em 2004, o programa “Brasil Sem Homofobia” (BRASIL, 2004).

O Programa Federal Brasil Sem Homofobia tem como princípios:

- a) Inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal; b) a produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate da violência e à discriminação por orientação sexual; c) a reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência incluindo a homofobia (GUINOZA, 2011, p. 81).

Dentre essas ações previstas no campo da Educação, encontram-se a elaboração de

diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não discriminação por orientação sexual o fomento e o apoio a cursos “de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade”, a formação de “equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia”; o estímulo à “produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia”, o apoio e divulgação “de materiais específicos para a formação de professores” (GARCIA, 2009, p. 22-23).

Dando continuidade às ações previstas no Programa Federal Brasil Sem Homofobia, houve, recentemente, a tentativa frustrada de divulgação do *kit* anti-homofobia nas escolas da rede pública de ensino médio de todo o Brasil. O projeto foi planejado e executado pela *Global*

Alliance for LGBT² Education (GALE), pelas ONGs Reprolatina, Ecos – Comunicação em Sexualidade e *Pathfinder* do Brasil e pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais (ABGLT). Todas as etapas de planejamento e execução do projeto foram debatidas e acompanhadas pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (BRASIL, 2007).

Desenvolvido ao longo de dois anos, o *kit* seria composto por material didático incluindo: 06 *Boleshs* (Boletins Escola sem Homofobia), 01 Caderno (Escola sem Homofobia), Recursos Audiovisuais “Medo de Quê?” e “Boneca na Mochila”, além de 03 vídeos: “Torpedo”, “Encontrando Bianca” e “Probabilidade”. Esses *kits* seriam destinados aos/às profissionais da educação e distribuídos para seis mil escolas públicas de ensino médio, a partir do segundo semestre de 2011. Nele, os/as professores/as encontrariam referências teóricas, conceitos, sugestões de atividades e oficinas para discutir com os alunos a diversidade sexual.

O *kit* anti-homofobia seria uma importante ferramenta na prática docente para o debate, inclusão da temática diversidade sexual, combate ao heterossexismo e homofobia, pois abrangeria todo o território nacional. Mesmo após o investimento financeiro de 1,8 milhões em convênio para a preparação do *kit* anti-homofobia que incluía, além da confecção de vídeos e cartilhas para professores/as, pesquisas, seminários e atividades de formação para docentes, na quarta-feira de 25 de maio de 2011, a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, suspendeu a produção, divulgação e entrega das cartilhas e dos vídeos contidos nesse *kit*³.

Para a Presidenta Dilma, a função do governo é apenas educar para que se evitem agressões e desrespeitos à diferença, não podendo interferir na vida particular dos sujeitos.

[...] o governo defende a educação e também a luta contra práticas homofóbicas. No entanto, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de *opções sexuais* (grifo nosso). Nem de nenhuma forma nós não podemos interferir na vida privada das pessoas. Agora, o governo pode sim fazer uma educação de que é necessário respeitar a diferença, que você não pode exercer práticas violentas contra aqueles que são diferentes de você, isso eu não concordo com o *kit*, porque eu não acho que ele faça defesa de práticas não homofóbicas (informação verbal⁴).

² LGBT é a sigla utilizada para definir Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

³ A possível divulgação do *kit* anti-homofobia e a capacitação de educadores sobre a diversidade sexual e combate a homofobia causou furor e foi o cenário de embates entre movimentos sociais favoráveis à divulgação do *kit*, bancadas políticas religiosas e sociedade civil que através de forças conversadoras convenceram a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff a suspender a divulgação do material.

⁴ Em entrevista coletiva realizada após cerimônia de assinatura de termos de compromisso para a construção de 138 creches, no dia 26 de maio de 2011, a Presidente Dilma Rousseff afirmou que não aprova o *kit* anti-homofobia que estava em elaboração pelo Ministério da Educação a ser distribuído como material didático para as escolas. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ESftwb6gkyc>>. Acesso em 14/04/2012.

Há também de se considerar o descaso com as minorias e com os recursos públicos, pois decorrido aproximadamente um ano após a suspensão da distribuição do *kit* anti-homofobia, nenhum debate acerca da reestruturação do conteúdo, prometido pelo então Ministro de Educação da época, Fernando Haddad⁵, foi feito com aqueles que iriam se beneficiar do uso do material como recurso no tratamento da diversidade sexual e da prevenção da homofobia no contexto escolar – os/as próprios/as professores/as, da rede pública estadual de ensino médio. Mas continua sendo um assunto velado, omissivo e quando debatido se dá entre as próprias bancadas políticas, o que comprova que as políticas educacionais brasileiras não são feitas pelos/as agentes educativos, mas definidas internamente em uma relação de poder, onde legisladores elaboram e determinam diretrizes curriculares desconexas da realidade escolar.

Ao analisar as políticas públicas educacionais implementadas no Brasil e as pesquisas realizadas no combate e prevenção da homofobia, é possível

afirmar que existe consciência de que a homofobia no país é um problema importante e que merece a atenção de toda a comunidade. As pesquisas também permitem afirmar que, apesar da implementação de várias políticas públicas, a homofobia parece não estar diminuindo de maneira significativa e alguns indicadores, tais como homicídios por homofobia, estão aumentando em alguns estados (REPROLATINA, 2011, p. 19).

Com esses indicadores, a Reprolatina (2011) considera que a implementação das políticas educacionais públicas de combate à homofobia são ineficazes ou estão sendo mal implementadas ou implementadas parcialmente.

3 HETEROSSEXISMO E PRÁTICAS DOCENTES

Se o Governo Federal, devido às pressões políticas e sociais, recuou em relação à distribuição do *kit* anti-homofobia, dentre os poucos estudos realizados acerca da homofobia nas escolas brasileiras, a pesquisa realizada em 2009, pela ONG Reprolatina, mostra que tanto a

⁵ O *kit* do Ministério da Educação para combater a homofobia nas escolas, suspenso nesta quarta-feira pela presidenta Dilma Rousseff, será readequado sem custos adicionais ao governo, segundo o ministro Fernando Haddad. Em visita a São Paulo para inaugurar novos campi da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), o ministro informou que o convênio realizado para a preparação do material a ser distribuído a seis mil escolas de ensino médio do país só se encerra quando o material estiver totalmente aprovado. “Quando ocorre uma inadequação no convênio, o ministério pede uma alteração do material”, explicou o ministro. Disponível em: <<http://brasilatual.com.br/sistema/?p=4065>>. Acesso em: 16/04/2012.

escola, como as práticas docentes são altamente homofóbicas e heterossexistas e, portanto, são necessárias políticas educacionais de combate a essas formas de preconceito.

Em pesquisas realizadas em 11 capitais brasileiras, foram ouvidas 1,4 mil pessoas envolvidas com o processo educacional, identificando que, na maioria das vezes, a hostilidade contra alunos LGBT surge em forma de piadas ou brincadeiras potencialmente ofensivas, mas que nem sempre são identificadas pelos envolvidos no processo educacional como homofobia (GUINOZA, 2011).

Outra pesquisa, realizada em 2002, pela UNESCO, revelou que, entre os/as professores/as: 59,7% julgam ser inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais; 21,2% tolerariam ter vizinhos homossexuais (UNESCO, 2004). Uma segunda pesquisa, realizada pelo mesmo organismo, em 11 capitais brasileiras e no Distrito Federal, forneceu certa compreensão do alcance da homofobia no espaço escolar (nos níveis fundamentais e médios). Constatou-se, por exemplo, que:

- ✓ O percentual de professores/as que declaram não saber como abordar os temas relativos à homossexualidade em sala de aula vai de 30,5% em Belém a 47,9% em Vitória;
- ✓ Cerca de 12% de professores/as em Belém, Recife e Salvador, entre 14% e 17% em Brasília, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia e mais de 20% em Manaus e Fortaleza acreditam ser a homossexualidade uma doença;
- ✓ 33,5% dos estudantes de sexo masculino de Belém, entre 40% e pouco mais de 42% no Rio de Janeiro, em Recife, São Paulo, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza e mais de 44% em Maceió e Vitória não gostariam de ter colegas de classe homossexuais;
- ✓ 17,4% no Distrito Federal, entre 35% e 39% em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, 47,9% em Belém, e entre 59% a 60% em Fortaleza e Recife dos pais de estudantes de sexo masculino declararam que não gostariam que homossexuais fossem colegas de seus filhos;
- ✓ Estudantes masculinos apontaram “bater em homossexuais” como o menos grave dos seis exemplos de uma lista de ações violentas (ABRAMOVAY *et al*, 2004, p. 277-304).

Em estudo organizado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), em 500 escolas públicas brasileiras, ao serem entrevistados/as os/as alunos/as concordaram com as seguintes afirmações: “Eu não aceito homossexualidade” – 26,6%; “Pessoas homossexuais não são confiáveis” – 25,2%; “A homossexualidade é uma doença” – 23,2% e “Os alunos homossexuais não são normais” – 21,1% (GUINOZA, 2011, p. 81).

Esses/as educadores/as exprimem estratégias de resistência a partir de um “estado de negação” que indica a direta influência de um conjunto estruturante de matrizes heteronormativas e homofóbicas e que influenciam nos modos de ver e de explicar o mundo social e as correlações

de força no seu discurso e isso, evidentemente, tende a incidir nos modos de ver e de agir de outrem, ou seja, do próprio corpo discente, especialmente porque a resposta provém de sujeitos em posições dominantes no interior da escola, a classe docente (JUNQUEIRA, 2009).

Porém, mesmo diante dessa situação de inegável gravidade, certos/as professores/as se aventuram a externar oposição à adoção de medidas educacionais antidiscriminatórias e promotoras da diversidade sexual. Utilizam como tática nesses momentos, o acionamento de diversas estruturas argumentativas e estratégias discursivas a não fazerem nítidos discursos homofóbicos ou a não assumirem posturas francamente heterossexistas. No entanto, sem jamais externar hostilidade homofóbica, muitos se sentem bastante confortáveis por já demonstrarem certa destreza no uso litúrgico do “politicamente correto” (JUNQUEIRA, 2009).

Além disso, quando políticas educacionais específicas no tratamento e prevenção ao heterossexismo e homofobia são propostas, os próprios docentes

reconhecem que não aplicam muitas das recomendações estabelecidas nas políticas e planos anuais porque sentem que não estão preparados para atuar na área das diversidades sexuais e da homofobia e também porque temem que as famílias se oponham a que esses temas sejam tratados nas escolas. Também os educadores, que sabem que esses temas deveriam ser tratados como temas transversais, pela falta de tempo e por não se sentirem preparados, preferem ignorar o tema e só falar dele quando os estudantes fazem perguntas específicas sobre o tema. Um tema recorrente nas entrevistas com autoridades das escolas e educadores é que os educadores estão sobrecarregados, com falta de preparo e sem motivação para trabalhar os temas transversais (REPROLATINA, 2011, p. 65).

Essas constatações nos fazem refletir que a escola brasileira se configura como um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no interior e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens LGBT, por meio das mais diversas formas de manifestações, principalmente no que diz respeito à vida cotidiana escolar e às pedagogias mobilizadas pela unidade escolar. É necessário enfatizar a importância de um tratamento mais adequado para o assunto em nossas escolas, de forma a evitar a segregação dos alunos LGBT e o reforço do discurso heterossexista, alargando as expectativas desses indivíduos quanto ao sucesso e ao rendimento escolar (BRASIL, 2007).

4 HETEROSSEXISMO E APRENDIZAGEM

O meio acadêmico raramente divulga casos de agressão física ou verbal, evasão ou abandono escolar, associados a estudantes homossexuais. No entanto, a homofobia incide fortemente nas trajetórias educacionais e formativas e nas possibilidades de inserção social de milhões de jovens LGBT. Além disso, a homofobia tende a privar cada um/a desses/as jovens de direitos mais básicos, por afetar as expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar, e tende a dificultar a permanência na escola e, conseqüentemente, prejudicar a inserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2007), características observadas nos baixos índices de instrução escolar atribuídas a evasão escolar provocada pela discriminação (DUARTE, 2011).

A prática heterossexista infligida pela escola, como uma monocultura, “acaba por colocar para fora sujeitos que resistem à normatização de suas identidades sexuais e de gêneros, a partir de padrões hegemônicos” (BELLO; LUZZI, 2009, p. 4694-4695), tornando evidente, segundo as autoras, que a “discriminação e o preconceito são fatores determinantes no fracasso escolar e na evasão de sujeitos gays, lésbicas, travestis e transexuais do espaço escolar”.

Bello e Luzzi (2009, p. 4694) afirmam que os debates sobre a temática de gênero e diversidade sexual, quando ocorrem no espaço escolar, são

realizados muitas vezes a boca pequena, recheados de moralismos, de posições religiosas, feitos em tom de fofoca que ao não enfrentar a reflexão e necessidade de conhecimento sobre a temática, acabam por referendar a discriminação e a exclusão de inúmeros estudantes do espaço escolar (BELLO; LUZZI, 2009, p.4694).

Além desses fatores, Rocha Filho (2010) atribui ao currículo escolar a função de um dos elementos mais importantes que tem contribuído de forma decisiva para a defasagem da educação escolar, por funcionar como instrumento de poder e de discriminação, por não levar em consideração as diferenças existentes na sociedade, homogeneizando os/as alunos/as sem respeitar a diversidade.

Para Bello e Luzzi (2009, p. 4695), quando a escola enfatiza no seu currículo ou na sua conduta de forma real ou oculta “o heterossexismo como a única possibilidade de orientação sexual, acaba por incentivar práticas homofóbicas dentro do processo educacional”, afastando do seu interior aqueles que sofrem as práticas excludentes. Dessa maneira,

as conseqüências da homofobia são muito prejudiciais para adolescentes LGBT e inclui tristeza, baixa autoestima, isolamento, violência, abandono escolar e até o suicídio. Especialmente travestis e transexuais não podem continuar na escola por ser a escola um ambiente hostil para eles/as. Também neste ponto há necessidade de investigar melhor a



situação de travestis e transexuais nas escolas e os motivos do abandono escolar (REPROLATINA, 2011, p. 65).

Se o processo inverso também ocorresse, se houvesse reconhecimento e aceitação da diversidade sexual, é provável que o indivíduo ou grupos de indivíduos passem a “ter orgulho do que possuem e a não sentirem-se inferiores porque são diferentes”, favorecendo, assim, a permanência e o sucesso escolar (GASPARIN, 2005, p. 140).

5 CONCLUSÃO

Não há mais espaço na atualidade para um discurso heterossexista, diante de uma multiculturalidade cada vez mais presente em todos os setores sociais, principalmente na instituição escolar. A inclusão da diversidade sexual nesse espaço deve ser visto como um direito e não como uma concessão.

Os dados obtidos por meio de estudos e pesquisas, apresentados neste artigo, apontam a escola brasileira como um espaço de reprodução de modelos particularmente autoritários, preconceituosos e discriminatórios em relação aos/as homossexuais (BRASIL, 2007) e demonstram a necessidade de “promoção de políticas que garantam a igualdade de direitos e oportunidades a todos os indivíduos e grupos discriminados em face de sua orientação sexual, identidade de gênero, ou expressão de gênero” (BRASIL, 2007, p. 27).

Esses desafios nos impõem a repensar a monocultura escolar e do sistema de ensino, re-situando teorias educacionais e práticas pedagógicas, pois dentro de um mesmo grupo social podem ser identificadas diversas culturas. As mais comuns e contraditórias são as do grupo dominante que impõe seus costumes, valores e princípios, e a cultura dos dominados, das minorias, que tenderá a ser destruída se esse grupo não se organizar e não resistir à colonização dos mais fortes. Isso tem reflexos imediatos na escola, cuja estrutura é organizada pela classe dominante que impõe seus padrões de cultura a todos igualmente (GASPARIN, 2005, p. 140).

Fato que pode ser comprovado com a elaboração do *kit* anti-homofobia, como estratégia integrante do Projeto Escola sem Homofobia do Ministério da Educação e que seria distribuído às escolas da rede pública de ensino médio, como recurso pedagógico no enfrentamento à homofobia escolar, mas que, devido a pressões de bancadas políticas religiosas, foi vetado pela então Presidenta, que em seu discurso alega não caber a nenhum órgão público a propaganda de

“opções” (*sic*) sexuais, como se ao sujeito LGBT fosse dada alguma possibilidade de escolha da sua orientação sexual⁶.

O recuo do Governo quanto à implementação de políticas direcionadas à temática LGBT, ao lado da inexistência de um arsenal consistente de dados oficiais acerca da homofobia em nossas escolas, não significa a inexistência do problema, mas o contrário: a homofobia institucional produziu, até agora, entre formuladores/as de políticas educacionais, uma atitude de indiferença ou de pouca sensibilidade em relação ao quadro de discriminação e violência a que os/as estudantes LGBT estão submetidos/as (BRASIL, 2007).

Os poucos estudos realizados sobre o desempenho escolar e permanência dos/as alunos/as LGBT evidenciam que a prática heterossexista engendrada nas políticas educacionais, aparentes no despreparo dos/as educadores/as e reforçada pela falta de recursos para abordagem da temática, acaba por privar cada um/a desses/as jovens de direitos mais básicos, como a inserção social. Com suas bases emocionais fragilizadas, esses/as jovens, na escola, têm de encontrar forças para lidar com o estigma e a discriminação sistemática e ostensiva por parte de colegas, professores/as, dirigentes e supervisores/as escolares. Fatores esses que afetam a permanência escolar, o sucesso da aprendizagem e a posterior inserção desses sujeitos no mercado de trabalho, quer pelo preconceito, quer pelo seu perfil socioeconômico (BRASIL, 2007).

Esses questionamentos apontam a necessidade de implementação de políticas públicas com vistas à igualdade, equidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e combate ao heterossexismo e à homofobia, pois conforme Rego (1995), em uma sociedade letrada e complexa como a nossa, em que a escolarização desempenha um papel tão fundamental na constituição do indivíduo, o fracasso e o abandono escolar por parte desses/as alunos/as, constituem-se, nessa perspectiva, fatores de extrema gravidade, pelo impedimento de apropriação de saberes necessários para atuação e transformação de seu meio social.

Para uma inclusão efetiva dos sujeitos LGBT, é imprescindível que professores e professoras, como sujeitos epistêmicos, criem uma prática de leitura e de aprofundamento dos conhecimentos e da discussão crítica com seus pares, acerca da temática LGBT, se realmente pretendem transformações na prática social dos seus alunos e alunas e na sua própria prática, para que se tenha uma sociedade menos desigual (SANTOS, 2009).

⁶ A nosso ver, o termo “orientação sexual” está situado no entendimento da sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte, não sendo passível de escolha ou “opção”.

Nesse sentido, recomenda-se a criação de políticas educacionais voltadas para a formação inicial e continuada dos/as agentes educacionais envolvidos/as nos processos de ensino e aprendizagem. Torna-se indispensável à elaboração e o fornecimento de materiais educativos com vistas a causar debates acerca do tema, objetivando a redução do preconceito e homofobia aos atores envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem. É imperiosa a análise e reestruturação dos currículos escolares, visando à pluralidade cultural e à adoção de princípios fundamentais no combate ao heterossexismo, com o reconhecimento da diversidade sexual, o respeito ao indivíduo dentro de uma multiculturalidade, favorecendo, assim, o sucesso e a permanência escolar dos/as alunos/as LGBT, de forma que esses sujeitos tenham orgulho do que possuem e não se sintam inferiores ou desvalorizados/as pela sua orientação sexual, pois como afirma Junqueira (2009) o peso do heterossexismo agrava sobre o ombro de todos. As políticas educacionais e as práticas docentes heterossexistas deseducam e afetam a formação de todos/as envolvidos/as, o prejuízo é geral, porém, alguns/mas são chamados/as a pagar uma conta bem mais alta por não terem seus direitos preservados.

HETEROSEXISM AND ITS TENACITY IN EDUCATION POLICIES, TEACHING PRACTICES AND LEARNING

ABSTRACT

In a society like Brazil constituted and structured by diversity, among them sexual, it occupies one of the themes increasingly prominent in discussions is multiculturalism. Fostering a culture of recognition of sexual diversity must be seen as a right and not a concession to the class of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals. This study seeks to demonstrate the value of heterosexuality at the expense of other forms of sexual orientation in this heterosexist discourse of educational policy, teaching practices and learning processes. As for the effectiveness of the methodology was used to study literature review and document analysis. The data indicate the school as a highly homophobic, which tends to deviate from the inside who do not fit their standard of heteronormativity. This feature demonstrates the need to implement policies to prevent and combat homophobia in schools, as well as the training of / the teachers involved / in the process of teaching and learning so that the / victims of this practice is not exclusive to feel inferior or devalued / them for their sexual orientation. Thus these individuals will have their rights protected, recognized the possibility of the realization of their life projects.

Keywords: Heterosexism. Homophobia. School. Public policy. Learning.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpo de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas SP, n.21, pp.281-315, 2003.

_____. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**. Florianópolis/SC, v.9, n.2, pp.575-587, 2001.

BELLO, Melissa Colbert. LUZZI, Jacqueline. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: da exclusão social à afirmação de direitos. A experiência do núcleo de gênero e diversidade sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, **III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. PUC/PR, out. 2009.

BORGES, Zulmira Newlands. MEYER, Dagmar Estermann. Limites de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Aval. Públi. Educ.** Rio de Janeiro, v.16, n.58, pp. 59-76, jan/mar. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e Diversidade sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Entre o sofrimento e o direito: questões da diversidade Sexual à política de saúde mental. **Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: Direito, Relações Etnorraciais, Educação, Trabalho, Reprodução, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura**. Salvador – BA. 2011.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo. **IX Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, ABRAPEE**. São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.abrapee.psc.br/documentos/cd_ix_conpe/IXCONPE_arquivos/13.pdf>. Acesso em: 16/04/2012.

GASPARIN, João Luiz. Processo Multicultural. **Didática: processos de trabalho em salas de aula**. Maringá: EDUEM, 2005.

GUINOZA, Marcos. Cartilha da Discórdia. **Revista Brasileiros**. São Paulo, n. 47, p.80-81, jun. 2011.

JUNQUEIRA, Rogério. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: discutindo práticas educativas, 3., Rio Grande do. **Anais...** Rio Grande, RS: Ed. da FURG, p. 59-68, 2007a.

_____. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas**. Natal/RN, p. 1-22, 2007b. Disponível em



<http://www.fafich.ufmg.br/educacaoemhomofobia/TextosSite/Homofobialimitesepossibilidade_sdeumconceitoemmeioadisputas.pdf>. Acesso em: 25/04/2012.

_____. “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. **Bagoas**. n. 04, p.171-190, 2009. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art09_junqueira.pdf>. Acesso em: 14/06/2012.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REPROLATINA. Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva. **Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras**. p. 1- 65. 2011. Disponível em <http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola_sem_homofobia/Relatorio_Tecnico_Final.pdf>. Acesso em: 26/04/2012.

ROCHA FILHO, João Silva. O currículo escolar e as relações de heterossexismo e homofobia na educação básica. **Fazendo Gênero**. Diásporas, Diversidade, Deslocamentos. pp.1-9, ago. 2010.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. Educação Sexual na Escola: algumas possibilidades didático-metodológicas. In: Paraná, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade**. Curitiba: SEED, PR, pp.59-72, 2009.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros**: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004.

Recebido em 24 de junho de 2012. Aprovado em 25 de setembro de 2012.